

450

QUESTÕES

COM RESPOSTAS

**INSTITUTO AVALIA
E OUTRAS BANCAS**



SÓ 
QUESTÕES

CONCURSO UNIFICADO-RN

CONHECIMENTOS GERAIS - NÍVEL MÉDIO

- ▶ Língua Portuguesa
- ▶ História do RN e Aspectos Geoeconômicos do RN
- ▶ Ética no Serviço Público
- ▶ Noções de Direito Constitucional e Direito Administrativo
- ▶ Legislação de Trânsito



AVISO IMPORTANTE: **Este é um Material de Demonstração**

Este arquivo representa uma prévia exclusiva da apostila.

Aqui, você poderá conferir algumas páginas selecionadas para conhecer de perto a qualidade, o formato e a proposta pedagógica do nosso conteúdo. Lembramos que este não é o material completo.

POR QUE INVESTIR NA APOSTILA COMPLETA?



- × Conteúdo totalmente alinhado ao edital.
- × Teoria clara, objetiva e sempre atualizada.
- × Dicas práticas, quadros de resumo e linguagem descomplicada.
- × Questões gabaritadas
- × Bônus especiais que otimizam seus estudos.

Aproveite a oportunidade de intensificar sua preparação com um material completo e focado na sua aprovação:
Acesse agora: www.apostilasopcao.com.br

Disponível nas versões impressa e digital, com envio imediato!

Estudar com o material certo faz toda a diferença na sua jornada até a APROVAÇÃO.





CONCURSO UNIFICADO RN

CONCURSO UNIFICADO DO RIO GRANDE DO NORTE

GABARITANDO
450 Questões Gabaritadas

CONHECIMENTOS GERAIS - NÍVEL MÉDIO

CONCURSO PÚBLICO UNIFICADO Nº
001/2026

CÓD: OP-159MR-26
7908403591008

ÍNDICE

Questões Gabaritadas:

1. Língua Portuguesa	5
2. História do RN e Aspectos Geoeconômicos do RN	51
3. Ética no Serviço Público	65
4. Noções de Direito Constitucional e Direito Administrativo	85
5. Legislação de Trânsito	111

ÍNDICE

LÍNGUA PORTUGUESA

1. (INSTITUTO AVALIA - 2024)

Assinale a alternativa em que todas as palavras foram escritas corretamente.

- (A) Vicitude – contorsão – maciço – mantequera.
- (B) Dissentir – corrigir – tranquilizar – subsídio.
- (C) Prostação – pertubar – europeia – geleia.
- (D) Madastra – reinvidicar – rúbrica – sombrancelha.
- (E) Pretencioso – tijela – jiboia – herói.

2. (INSTITUTO AVALIA - 2024)

Considere o texto a seguir para responder a questão

A ARTE DE COMBATER A SOLIDÃO NA GRANDE CIDADE

Com cada vez mais gente morando sozinha, a cidade vai ter que suprir a possibilidade de encontros.

Mauro Calliari

Cada vez mais pessoas moram sozinhas no Brasil. Em pouco mais de dez anos, o percentual de lares unipessoais aumentou de 12% para quase 16%. São 11,8 milhões no país, distribuídas em todas as idades.

Nos Estados Unidos, esse número chega a mais de 30%. Anos atrás, um comunicado do Ministério da Saúde americano alertou para a epidemia de solidão. Morar sozinho não é nem bom, nem ruim, mas, seres gregários que somos, não dá para não constatar que na cidade grande, a “solitude”, aquela sensação de estar bem consigo mesmo, pode muitas vezes descambar para a solidão mesmo, aquela sensação de que algo está acontecendo e você ficou de fora.

O assunto é sério, está crescendo e precisa de cidades que ajudem pessoas a se encontrarem. E aqui temos uma contradição: São Paulo oferece milhares de oportunidades de encontros, espaços públicos, cursos, lazer, até de graça. E ao mesmo tempo não facilita que as pessoas cheguem aos lugares e se sintam seguras nos seus deslocamentos.

O encontro virtual e o encontro real

Atualmente, multiplicam-se as possibilidades do que fazemos em casa. A economia de tempo e a conveniência são ótimas, mas o mundo virtual tem limitações. A maior delas é justamente a supressão de oportunidades de surpresas, conversas e encontros imprevistos.

Por mais desprezado que seja, o papo furado, a conversinha fiada, faz parte da vida urbana. Na fila da catraca do metrô, no caixa do supermercado ao encontrar um vizinho, sempre tem espaço para um comentário rápido, uma troca de opiniões que pode dar alguma cor ao dia. [...]

A arquitetura e o urbanismo fazem diferença

Uma pesquisa de 2017, em Vancouver, mostrou algo incrível: quem mora em prédios mais altos do que cinco andares tem mais dificuldade de conhecer vizinhos. Se for assim, é bem possível que a forma pouco inspirada da nossa verticalização — prédios altíssimos, estúdios minúsculos, garagens ostensivas e pouca interação com a rua — esteja jogando contra a vida na rua, que poderia ganhar densidade e vitalidade com mais predinhos baixos no lugar de casas.

Outra modalidade de construção que pode combater a solidão são os *cohousings* [coabitações]. Começaram na Dinamarca, espalharam-se por outros países e começaram a chegar ao Brasil, com mais de 20 projetos em andamento. Num modelo mais criativo do que o condomínio tradicional, cada pessoa mora em sua casa, mas os projetos preveem uma área comum, que abriga as atividades coletivas. Nas mais de 300 comunidades nos Estados Unidos, o pessoal cozinha junto, planta horta, cuida do jardim.

Olhando para tudo isso, tanto o zoneamento como o Plano Diretor recentemente aprovados têm pouquíssimo a oferecer para a urbanidade paulistana. Todo o esforço parece estar na regulação das edificações, na verticalização pouco criativa e quase nada na criação de espaços públicos e privados que estimulem a convivência na cidade e com a cidade. A solidão também se combate com desenho urbano.

(Adaptado de: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/mauro-calliari/2024/04/a-arte-de-combater-a-solidao-na-grande-cidade.shtml>)

Sobre a grafia de algumas palavras do texto, assinale a alternativa correta.

- (A) A palavra “percentual” pode ser substituída por “porcentual”, já que ambas as grafias estão corretas.
- (B) A palavra “preveem” pode ser grafada como “prevêm”, pois, quando há repetição de vogais, é possível substituí-las por uma só vogal acentuada.

AMOSTRA

- (C) A palavra “gregários” pode ser grafada como “agregários”, uma vez que deriva do verbo “agregar”.
- (D) Após o último acordo ortográfico, a palavra “unipessoais” passou a ser grafada com hífen (uni-pessoais).
- (E) A palavra “num” está grafada de forma incorreta, de acordo com a norma-padrão, já que a forma correta seria “em um”.

3. (INSTITUTO AVALIA - 2024)

Considerando que o projeto de texto de ortografia unificada de Língua Portuguesa, aprovado em Lisboa, em 12 de outubro de 1990, pela Academia das Ciências de Lisboa, pela Academia Brasileira de Letras e pelas delegações de diversos países, constitui um passo importante para a defesa da unidade essencial da Língua Portuguesa e para o seu prestígio internacional, foi aprovado o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa. Com base nesse acordo, assinale a ÚNICA alternativa que apresenta a escrita correta da palavra.

- (A) Superrevista.
 (B) Contrarregra.
 (C) Auto-aprendizagem.
 (D) Microonda.

4. (INSTITUTO AVALIA - 2023)

Assinale a alternativa em que todas as palavras foram escritas corretamente.

- (A) Angélico – sarjeta – tigela – canjica.
 (B) Vernis – desprezo – asia – atrás.
 (C) Groselha – prazer – gis – analisar.
 (D) Beringela – anjinho – jiló – lage.
 (E) Flexa – hoje – bucha – bondoso.

5. (INSTITUTO AVALIA - 2023)

A ortografia é uma parte essencial da gramática normativa que trata das regras e convenções de escrita de uma língua. No caso do português, a ortografia é regulamentada pelo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, que estabelece normas para a escrita padronizada.

Acerca do tema, assinale a alternativa que apresenta uma palavra cuja ortografia esteja correta.

- (A) Entertido.
 (B) Atravéz.
 (C) Exessivo.
 (D) Escasses.
 (E) Utensílio.

6. (INSTITUTO AVALIA - 2025)

“Mas por que algumas empresas ainda temem a internet?”

Assinale a alternativa em que a forma reescrita do trecho apresentado está totalmente correta.

- (A) Mas algumas empresas ainda temem a internet por quê?
 (B) Mas qual o porque de algumas empresas ainda temerem a internet?
 (C) Mas algumas empresas ainda temem a internet porquê?
 (D) Mas porque algumas empresas ainda temem a internet?
 (E) Mas qual o por que de algumas empresas ainda temerem a internet?

7. (INSTITUTO AVALIA - 2024)

Nas orações a seguir, os porquês foram empregados corretamente, de acordo com as regras, EXCETO em

- (A) As razões por que fui demitido são pessoais.
 (B) Já voltaram do passeio? Por quê?
 (C) Todos choravam, mas ninguém sabia o porquê.
 (D) Preciso saber por que isso aconteceu.
 (E) Ela foi embora e nem explicou por que.

8. (INSTITUTO AVALIA - 2024)

“Um sapatinho eu vou Com laço cor de rosa enfeitar E perto dele eu vou

Andar devagarinho e o broto conquistar”

(Lacinhos Cor de Rosa - Celly Campello)

A palavra “sapatinho” pode ser classificada como

- (A) um substantivo feminino flexionado no aumentativo.
 (B) um substantivo masculino flexionado no diminutivo.
 (C) um adjetivo masculino flexionado no aumentativo.
 (D) um substantivo feminino flexionado no diminutivo.
 (E) um adjetivo masculino flexionado no diminutivo.

9. (INSTITUTO AVALIA - 2025)

Considere o seguinte texto para responder a questão.

A CARROÇA

Certa manhã, meu pai, muito sábio, convidou-me para dar um passeio no bosque, e eu aceitei com prazer.

Após algum tempo, ele se deteve numa clareira e, depois de um pequeno silêncio, me perguntou:

HISTÓRIA DO RN E ASPECTOS GEOECONÔMICOS DO RN

1.(2026)

No processo de implantação das capitânicas hereditárias por D. João III, a Capitania do Rio Grande foi doada em duas metades a um consórcio de três donatários. Considerando o texto-base, assinale a alternativa que identifica corretamente esses donatários.

- (A) João de Barros, Fernão Álvares de Andrade e Aires da Cunha.
- (B) Duarte Coelho, Martim Afonso de Sousa e Pero Lopes de Sousa.
- (C) João Ramalho, Tomé de Sousa e Mem de Sá.
- (D) Manuel Mascarenhas Homem, Feliciano Coelho de Carvalho e Jerônimo de Albuquerque.
- (E) Francisco Pereira Coutinho, Vasco Fernandes Coutinho e Jorge de Figueiredo Correia.

2.(2026)

O fracasso inicial da Capitania do Rio Grande, no século XVI, decorreu de uma combinação de fatores que inviabilizou a fixação portuguesa imediata. De acordo com o texto, um desses fatores decisivos foi

- (A) a presença de grandes minas de metais preciosos, que desviou o interesse da Coroa para o interior.
- (B) a aliança entre os Potiguaras e os franceses, fortalecida pelo comércio do pau-brasil.
- (C) a submissão voluntária dos indígenas, que tornou desnecessária a ocupação militar.
- (D) a abundância de engenhos de açúcar já implantados por colonos castelhanos.
- (E) a rápida urbanização da foz do Potengi, que reduziu a importância estratégica da área.

3.(2026)

A respeito da expedição de 1535 destinada à ocupação da Capitania do Rio Grande, assinale a alternativa correta.

- (A) Foi liderada exclusivamente por Tomé de Sousa e fracassou por motins internos.
- (B) Obteve pleno êxito ao fundar, de imediato, a cidade do Natal.
- (C) Naufragou nos recifes do Maranhão, comprometendo o projeto inicial de ocupação.

(D) Resultou na construção, ainda em 1535, da Fortaleza dos Reis Magos em pedra.

(E) Concluiu a integração econômica do território à produção açucareira pernambucana.

4.(2026)

Segundo o texto, a retomada efetiva do território do Rio Grande pela Coroa Portuguesa, no final do século XVI, estava associada a um objetivo geopolítico específico. Esse objetivo consistia em

- (A) expandir a mineração aurífera no sertão oriental.
- (B) garantir a segurança do saliente nordestino e da rota para o Maranhão.
- (C) transformar o Rio Grande no principal centro açucareiro da América portuguesa.
- (D) abolir o sistema de capitânicas hereditárias no Nordeste.
- (E) instalar o primeiro bispado da região na foz do Rio Potengi.

5.(2026)

A construção da fortificação que deu origem à Fortaleza dos Reis Magos, iniciada em 25 de dezembro de 1597, insere-se no contexto da conquista definitiva do território potiguar. Sobre esse processo, assinale a alternativa correta.

- (A) A fortificação foi inicialmente construída em taipa, servindo de embrião para a fortaleza posterior.
- (B) A obra foi conduzida por bandeirantes paulistas, sem participação de autoridades coloniais.
- (C) Sua finalidade principal era sediar o primeiro engenho de açúcar da capitania.
- (D) Foi erguida somente após a fundação da cidade do Natal, em 1599.
- (E) Resultou de acordo diplomático entre portugueses, franceses e Potiguaras.

AMOSTRA

6.(2026)

A fundação da Cidade do Natal, em 25 de dezembro de 1599, distinguiu-se de outras vilas coloniais brasileiras porque

- (A) surgiu de forma espontânea em torno do ciclo do ouro.
- (B) foi criada como entreposto exclusivo da pecuária sertaneja.
- (C) nasceu de um aldeamento missionário no interior do Seridó.
- (D) teve traçado inicial planejado e função administrativa estratégica.
- (E) resultou diretamente da expansão das salinas do litoral norte.

7.(2026)

Para compreender os sertões do Rio Grande colonial, o texto propõe a superação de determinada visão historiográfica tradicional. Essa visão é a de que

- (A) os sertões eram áreas exclusivamente ocupadas por missionários.
- (B) os sertões constituíam um vazio demográfico sem presença indígena significativa.
- (C) o interior potiguar foi dominado integralmente por povos tupi-guarani.
- (D) a ocupação litorânea portuguesa impediu qualquer circulação no interior.
- (E) as guerras coloniais ocorreram apenas no litoral, e não nos sertões.

8.(2026)

No texto, os povos indígenas dos sertões potiguares, como Janduí, Paiaçus, Icós e Coremas, são descritos como pertencentes, em termos amplos, ao tronco linguístico

- (A) Aruaque.
- (B) Karib.
- (C) Macro-Jê.
- (D) Tupi-Guarani.
- (E) Pano.

9.(2026)

A Guerra dos Bárbaros, ocorrida entre 1687 e 1720, teve como um de seus fatores centrais o avanço da

- (A) mineração sobre as aldeias missionárias do litoral.
- (B) cafeicultura sobre as áreas de mata úmida do agreste.
- (C) indústria salineira sobre os portos naturais do sul do estado.

(D) pecuária sobre fontes de água e territórios indígenas de caça.

(E) produção algodoeira sobre as ilhas fluviais do vale do Potengi.

10.(2026)

No contexto da Guerra dos Bárbaros, a administração colonial recorreu a um instrumento jurídico-político que legitimava o extermínio ou a escravização de indígenas resistentes. Esse instrumento era conhecido como

- (A) Sesmaria Real.
- (B) Padroado Régio.
- (C) Diretório dos Índios.
- (D) Regimento das Missões.
- (E) Guerra Justa.

11.(2026)

A respeito das consequências da Guerra dos Bárbaros para os povos indígenas dos sertões do Rio Grande, assinale a alternativa correta.

- (A) Houve plena integração dos grupos ao sistema colonial, sem violência sistemática.
- (B) Os indígenas foram majoritariamente convertidos em proprietários de sesmarias.
- (C) O resultado incluiu massacres, escravidão e deslocamento para aldeamentos missionários.
- (D) A Coroa proibiu totalmente o trabalho compulsório indígena na região.
- (E) A resistência indígena levou ao abandono definitivo da expansão pecuária.

12.(2026)

O texto destaca que a presença indígena nos sertões potiguares deixou marcas permanentes na identidade regional. Entre essas marcas, menciona-se

- (A) a criação de universidades régias ainda no período colonial.
- (B) a substituição integral da toponímia local por nomes portugueses.
- (C) a adoção de uma economia exclusivamente marítima no interior.
- (D) a eliminação completa dos saberes ligados à Caatinga.
- (E) a permanência de topônimos e conhecimentos sobre flora e fauna.

ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO

1. (IBEST - 2025)

1) A atuação ética dos agentes públicos contribui para o fortalecimento democrático, pois o cidadão tem o direito de exigir condutas responsáveis de quem exerce funções estatais. Acerca de como a ética e a democracia se relacionam no exercício da cidadania, é correto afirmar que

- (A) a democracia não exige comportamentos éticos dos agentes públicos, sendo suficiente a realização de eleições periódicas.
- (B) o cidadão pode questionar judicialmente eventuais atos de improbidade apenas se houver enriquecimento ilícito, não sendo possível demandar em caso de lesão a princípios da Administração.
- (C) a Lei n.º 8.429/1992 permite que qualquer pessoa represente à autoridade competente a prática de ato de improbidade, reforçando o controle democrático.
- (D) o controle social é restrito a organismos estatais, sem participação da sociedade civil.
- (E) a democracia independe de transparência, pois o que importa é a presença de instituições formais.

2. (2025)

2) A pontualidade e o comprometimento com as tarefas diárias são atitudes essenciais no ambiente de trabalho. Assinale a alternativa que melhor representa uma atitude ética no desempenho da função profissional.

- (A) Chegar atrasado ao serviço sempre que houver trânsito.
- (B) Ignorar as instruções do superior quando não concordar.
- (C) Realizar suas atividades com atenção e responsabilidade.
- (D) Deixar o local de trabalho sem avisar em caso de imprevistos.

3. (2025)

3) Assinalar a alternativa que preenche a lacuna abaixo **CORRETAMENTE**.

O _____ com a ética é fundamental para que o serviço público seja um instrumento de desenvolvimento social, _____ que os direitos e interesses da população sejam protegidos com responsabilidade e integridade

- (A) descaso | garantindo
- (B) compromisso | evitando
- (C) compromisso | garantindo
- (D) descaso | evitando
- (E) descuido | garantindo

4. (2025)

Durante o expediente na administração de um porto, um técnico administrativo recebe um pedido verbal do chefe imediato para enviar um e-mail diretamente a um fornecedor, solicitando a alteração da ordem de entrega de materiais para beneficiar um parceiro da gestão, contrariando o cronograma pactuado por processo regular. O servidor percebe que não há justificativa técnica para a mudança e que não houve autorização formal do setor de compras. Diante dessa situação, a conduta ética e administrativa mais adequada por parte do servidor é

- (A) cumprir a solicitação imediatamente, pois o pedido parte de um superior hierárquico e tem caráter verbal, não sendo de sua responsabilidade formal.
- (B) realizar a alteração, desde que envie cópia do e-mail a todos os setores envolvidos, garantindo transparência na comunicação.
- (C) recusar a execução do pedido, comunicando o fato ao setor responsável, com base nos princípios da impessoalidade e moralidade administrativa.
- (D) executar a tarefa parcialmente, aguardando confirmação posterior da chefia imediata por escrito, antes de comunicar o setor de compras.
- (E) recusar a execução do pedido momentaneamente e, posteriormente, sem que haja interferência, enviar novamente.

AMOSTRA

5. (2025)

5) Uma empresa pública lançou um programa de inclusão digital para comunidades carentes, disponibilizando cursos gratuitos de informática e internet segura. No entanto, um dos gestores foi denunciado por utilizar os recursos do programa para promover interesses pessoais e beneficiar um grupo restrito de pessoas. Diante dessa situação, avalie as afirmativas a seguir:

I. A conduta do gestor fere os princípios da ética pública, pois o uso de recursos institucionais para interesses pessoais configura desvio de finalidade.

II. A responsabilidade social da empresa pública deve ser pautada na transparência e no compromisso com a coletividade, garantindo que seus programas atendam ao interesse público de forma equitativa.

Com base nessas afirmativas, assinale a alternativa correta:

- (A) As afirmativas I e II estão corretas.
- (B) As afirmativas I e II estão incorretas.
- (C) Apenas a afirmativa II está correta.
- (D) Apenas a afirmativa I está correta.

6. (2025)

6) A atuação do Agente de Saúde é pautada por um conjunto de deveres e responsabilidades que transcendem a dimensão técnica, inserindo-se no campo da ética. A conduta profissional no serviço público, especialmente na área da saúde, exige um compromisso com princípios que visam proteger a dignidade dos usuários e garantir que o interesse público prevaleça sobre os interesses privados. Acerca do assunto, marque V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas.

() O sigilo profissional é um dever ético fundamental no trabalho em saúde, que obriga o Agente de Saúde a resguardar as informações confidenciais dos usuários obtidas durante o exercício de sua função, salvo por justa causa, dever legal ou autorização expressa do usuário.

() O princípio da impessoalidade na administração pública exige que o Agente de Saúde mantenha uma postura de distanciamento e evite criar vínculos com os membros da comunidade, a fim de garantir um tratamento estritamente neutro e isento de qualquer afetividade.

() O princípio da moralidade administrativa autoriza o servidor público a descumprir uma norma técnica ou lei com a qual discorde intimamente, desde que sua ação seja guiada por suas próprias convicções de justiça e bem-estar do usuário.

() A ética no serviço público fundamenta-se na prevalência do interesse coletivo, exigindo do servidor uma conduta proba, transparente e que evite o uso do cargo ou de informações privilegiadas para obter vantagens pessoais ou para terceiros.

Após análise, assinale a alternativa que apresenta a sequência correta dos itens acima, de cima para baixo:

- (A) V, F, F, V.
- (B) V, V, V, V.
- (C) F, F, V, V.
- (D) V, F, F, F.

7. (2024)

7) Como um funcionário público deve tratar as pessoas?

- (A) Tratar bem apenas as pessoas ricas.
- (B) Ignorar as pessoas que precisam de ajuda.
- (C) Com respeito e igualdade, não importa quem seja.
- (D) Tratar melhor os amigos e a família.

8. (2024)

8) Que nome se dá aos juízos abstratos de valor que orientam a interpretação e a aplicação das regras?

- (A) Sentenças.
- (B) Percepções.
- (C) Jurisprudências.
- (D) Achismos.
- (E) Princípios.

9. (2024)

9) Ao exercer um cargo público, um servidor lida com demandas que muitas vezes exigem decisões que vão além das leis e regulamentos, considerando os valores e padrões morais. Nesse contexto, a distinção entre ética e moral se torna essencial para fundamentar suas ações. Em relação a essa distinção, assinale a alternativa correta:

- (A) A ética é apenas um conjunto de normas rígidas, enquanto a moral é mais flexível e varia entre culturas.
- (B) A moral se refere aos princípios universais da conduta, e a ética são regras fixas do Estado.
- (C) A ética e a moral são sinônimos e podem ser usados indistintamente no contexto público.
- (D) A ética refere-se ao conjunto de princípios que orientam a conduta humana em sociedade, enquanto a moral representa os valores e normas seguidas por um grupo específico.

NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL E DIREITO ADMINISTRATIVO

1. (2024)

João, Deputado Federal, observou que o menor desenvolvimento de certas regiões do país contribuía para o aumento da pobreza nesses locais, daí decorrendo grandes diferenças em relação à qualidade de vida dos habitantes de outras regiões. Por tal razão, almeja apresentar uma proposição legislativa com o objetivo de alterar esse quadro.

Ao consultar sua assessoria a respeito da compatibilidade desse objetivo com os princípios fundamentais da Constituição da República, foi **corretamente** informado a João que

- (A) as desigualdades sociais devem ser afastadas a partir do fortalecimento unitário e uniforme da federação, o que impede que João realize os seus objetivos.
- (B) as opções políticas das maiorias ocasionais não são limitadas pela ordem constitucional, o que ampara o objetivo almejado por João.
- (C) as iniciativas legislativas devem ser direcionadas ao desenvolvimento nacional, o que afasta a possibilidade alvitada por João.
- (D) o objetivo fundamental de reduzir as desigualdades regionais ampara o objetivo almejado por João.
- (E) o paradigma de igualdade entre pessoas e instituições obsta o fim alvitado por João.

2. (2024)

A República Federativa do Brasil rege-se, em suas relações internacionais, pelos seguintes princípios, **com exceção de um**. Assinale-o.

- (A) Intervenção consentida.
- (B) Repúdio ao terrorismo e ao racismo.
- (C) Independência nacional.
- (D) Prevalência dos direitos humanos.
- (E) Igualdade entre os Estados.

3. (2024)

Em relação aos Direitos Fundamentais, analise as assertivas a seguir.

I. Na Constituição brasileira, as matrizes dos direitos fundamentais são vida, liberdade, igualdade, segurança e propriedade.

II. Direitos fundamentais constituem uma reserva mínima de justiça que as democracias devem assegurar a todos os seus cidadãos.

III. Quando ocorre uma colisão de direitos fundamentais, a solução do problema não poderá se dar mediante subsunção, sendo necessário o uso da técnica da ponderação.

Está **correto** o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

4. (2022)

Um grupo de estudantes se reuniu para debater as características essenciais do denominado “estado de coisas inconstitucional”. Ao final de suas reflexões, concluiu que situação dessa natureza: (I) é caracterizada pela presença de uma inconstitucionalidade material decorrente da afronta a regras; (II) está sempre associada a um facere estatal; e (III) tem sido identificada nas corruptelas ao princípio democrático nas relações entre as estruturas estatais de poder.

À luz dos contornos essenciais do “estado de coisas inconstitucional”, em relação às conclusões do grupo de estudantes é **correto** afirmar que

- (A) todas estão certas.
- (B) todas estão erradas.
- (C) apenas as conclusões I e II estão certas.
- (D) apenas a conclusão III está certa.
- (E) apenas a conclusão II está certa.

AMOSTRA

5. (2021)

O parlamentar José, em apresentação na Câmara dos Deputados, afirmou que os direitos à informação e à liberdade jornalística possuem normatividade absoluta e, por esta razão, não podem ceder quando em colisão com os direitos à privacidade e à intimidade, já que estes últimos apenas tutelam interesses meramente individuais. Preocupado com o que reputou “um discurso radical”, o deputado Pedro recorreu a um advogado constitucionalista, a fim de que este lhe esclarecesse sobre quais direitos devem prevalecer quando os direitos à intimidade e à privacidade colidem com os direitos à liberdade jornalística e à informação.

O advogado afirmou que, segundo o sistema jurídico-constitucional brasileiro, o parlamentar José

(A) está **correto**, pois, em razão do patamar atingido pelo Estado Democrático de Direito contemporâneo, os direitos à liberdade jornalística e à informação possuem valor absoluto em confronto com qualquer outro direito fundamental.

(B) está equivocado, pois os tribunais entendem que os direitos à intimidade e à privacidade têm prevalência apriorística sobre os direitos à liberdade jornalística e à informação.

(C) está equivocado, pois, tratando-se de uma colisão entre direitos fundamentais, se deve buscar a conciliação entre eles, aplicando-se cada um em extensão variável, conforme a relevância que apresentem no caso concreto específico.

(D) está **correto**, pois a questão envolve tão somente um conflito aparente de normas, que poderá ser adequadamente solucionado se **corretamente** utilizados os critérios da hierarquia, da temporalidade e da especialidade.

6. (2025)

O diretor de uma unidade hospitalar de natureza pública recebeu a solicitação de que fosse oferecida assistência religiosa a determinado paciente praticante de religião de matriz africana.

Após analisar a legislação vigente, o diretor respondeu **corretamente** que

(A) o caráter laico do Estado brasileiro impede a realização de cultos religiosos em repartições públicas.

(B) o recebimento da referida assistência consubstancia direito subjetivo do paciente praticante da religião e que almeje recebê-la.

(C) o deferimento da solicitação formulada está condicionado à existência de regulamento que discipline o exercício de igual direito em relação às demais religiões.

(D) o direito à assistência almejada somente é assegurado em instituições de internação coletiva de caráter compulsório, o que não é o caso da unidade hospitalar.

(E) o deferimento da solicitação formulada pressupõe a anuência dos demais pacientes e dos funcionários da unidade hospitalar que terão contato com a referida assistência.

7. (2025)

Mary, viúva, estrangeira, faleceu em seu país de origem, deixando, como único herdeiro, seu filho brasileiro, Aparecido e, como único bem, um imóvel na cidade de São Paulo. Nessa situação hipotética, considerando apenas as informações fornecidas, a sucessão de bens de Mary será regulada pela lei

(A) brasileira, em qualquer hipótese, pois se trata de bem localizado no Brasil.

(B) brasileira, em benefício de Aparecido, se não lhe for mais favorável a lei pessoal da de cujus (Mary).

(C) brasileira, em qualquer hipótese, pois se trata de herdeiro único e brasileiro.

(D) estrangeira, em qualquer hipótese, pois a de cujus (Mary) era estrangeira.

(E) estrangeira, em qualquer hipótese, pois a de cujus (Mary) faleceu no seu país de origem e não no Brasil.

8. (2025)

Conforme artigo 5o, XLII, da Constituição Federal de 1988, e artigo 6o, § Único das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais, os casos que caracterizem racismo serão tratados como

(A) crime afiançável.

(B) crimes imprescritíveis e inafiançáveis.

(C) crime de menor potencial ofensivo.

(D) infração penal de nível gravíssimo.

(E) infração penal de nível médio.

LEGISLAÇÃO DE TRÂNSITO

1. (2025)

Considerando o disposto no Art. 1º do Código de Trânsito Brasileiro (Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997), assinale a alternativa CORRETA:

- (A) O trânsito, conforme definido pelo Código de Trânsito Brasileiro, inclui a utilização das vias por pessoas, veículos e animais, tanto isolados quanto em grupos.
- (B) O trânsito de qualquer natureza nas vias terrestres é regulamentado por leis estaduais e municipais, e não pelo Código de Trânsito Brasileiro.
- (C) O Código de Trânsito Brasileiro limita o conceito de trânsito às situações de circulação, não considerando as operações de parada, estacionamento ou carga e descarga.
- (D) O trânsito nas vias terrestres do Brasil é restrito apenas a veículos motorizados e não abrange animais ou pedestres.

2. (2024)

No âmbito do Sistema Nacional de Trânsito, não é correto afirmar que

- (A) o Senatran está subordinado normativamente ao Contran.
- (B) o Contran é responsável pela parte política do sistema no plano nacional.
- (C) o trabalho do Cetran equivale ao do Contran, mas com atuação restrita ao plano estadual.
- (D) o DNIT atua diretamente com o Ministério.

3. (2023)

Assinale (V) verdadeiro ou (F) falso). Em seguida, assinale a alternativa com a sequência correta.

São objetivos básicos do Sistema Nacional de Trânsito:

() estabelecer diretrizes da Política Estadual de Trânsito, com vistas à segurança, à fluidez, ao conforto, à defesa ambiental e à educação para o Município, e fiscalizar seu cumprimento;

() fixar, mediante normas e procedimentos, a padronização de critérios técnicos, financeiros e administrativos para a execução das atividades de trânsito;

() estabelecer a sistemática de fluxos temporários de informações entre os seus diversos órgãos e entidades, a fim de facilitar o processo decisório e a integração do Sistema.

- (A) F, V, F.
- (B) V, F, V.
- (C) F, F, V.
- (D) V, V, F.
- (E) V, V, V.

4. (MS (SARMENTO) - 2023)

Indique a alternativa que completa a lacuna.

O CONTRAN será presidido pelo _____ ao qual estiver subordinado o órgão máximo executivo de trânsito da União.

- (A) Diretor do CONTRAN
- (B) Secretário de Estado de Segurança Pública
- (C) Presidente do CONTRAN
- (D) Ministro de Estado

5. (2021)

A respeito das competências dos órgãos e entidades executivos rodoviários da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, no âmbito de sua circunscrição, assinale **V** para a afirmativa **verdadeira** e **F** para a **falsa**.

() Compete aos órgãos e entidades executivos rodoviários da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, no âmbito de sua circunscrição, dentre outros, vistoriar veículos que necessitem de autorização especial para transitar e estabelecer os requisitos técnicos a serem observados para a circulação desses veículos.

() Compete aos órgãos ou entidades executivos de trânsito dos Estados e do Distrito Federal, no âmbito de sua circunscrição, dentre outros, vistoriar, inspecionar as condições de segurança veicular, registrar, emplacar e licenciar veículos, com a expedição dos Certificados de Registro de Veículo e de Licenciamento Anual, mediante delegação do órgão máximo executivo de trânsito do Estado.

() Compete aos órgãos e entidades executivos de trânsito dos Estados, no âmbito de sua circunscrição, dentre outros, vistoriar veículos que necessitem

AMOSTRA

deautorização especial para transitar e estabelecer os requisitos técnicos a serem observados para a circulação desses veículos.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) V, V e F.
- (B) V, F e F.
- (C) V, F e V.
- (D) F, F e V.
- (E) F, V e F.

6. (2026)

Ao regular a velocidade, o condutor deverá observar constantemente as condições físicas da via, do veículo e da carga, as condições meteorológicas e a intensidade do trânsito, obedecendo aos limites máximos de velocidade estabelecidos para a via, além de:

I - Obstruir a marcha normal dos demais veículos em circulação sem causa justificada, transitando a uma velocidade anormalmente reduzida.

II - Indicar, de forma clara, com a antecedência necessária e a sinalização devida, a manobra de redução de velocidade.

III - Sempre que quiser diminuir a velocidade de seu veículo deverá antes certificar-se de que pode fazê-lo sem risco nem inconvenientes para os outros condutores, a não ser que haja perigo iminente.

- (A) Somente **I** e **II**.
- (B) Somente **I** e **III**.
- (C) Somente **II** e **III**.
- (D) **I**, **II** e **III**.
- (E) Somente **I**.

7. (2026)

Numa via arterial que não possui nenhuma sinalização regulamentadora de velocidade, qual deverá ser a velocidade máxima que um motorista poderá trafegar?

- (A) Trinta quilômetros por hora.
- (B) Quarenta quilômetros por hora.
- (C) Sessenta quilômetros por hora.
- (D) Oitenta quilômetros por hora.

8. (2025)

O uso da buzina pelos condutores de veículos está disciplinado no artigo 41, do Código de Trânsito Brasileiro (CTB), configurando-se o uso excessivo ou inadequado do equipamento como infração de trânsito, pois pode gerar perturbação ao sossego e comprometer a segurança viária. De acordo com o referido artigo, assinale a alternativa CORRETA.

- (A) O Código de Trânsito Brasileiro proíbe totalmente o uso da buzina em áreas urbanas, permitindo sua utilização apenas em rodovias, quando estritamente necessário.
- (B) A buzina pode ser utilizada de forma prolongada para sinalizar a insatisfação do condutor no trânsito, desde que não ultrapasse um minuto de duração.
- (C) O uso da buzina deve ser feito em toque breve e apenas para advertência necessária a fim de evitar sinistros ou para indicar a intenção de ultrapassagem fora das áreas urbanas.
- (D) O uso da buzina é livre nas vias urbanas e rodoviárias, sendo permitido a qualquer momento para comunicação entre condutores e pedestres, sem necessidade de justificativa específica.

9. (2025)

Complete a frase:

“A velocidade mínima não poderá ser inferior à _____ da velocidade máxima estabelecida, respeitadas as condições operacionais de trânsito e da via”.

- (A) Um terço;
- (B) Metade;
- (C) Dois terços;
- (D) Um quarto.

10. (2025)

As vias urbanas são classificadas conforme suas características e funções no tráfego, sendo a velocidade máxima permitida determinada pelo Código de Trânsito Brasileiro (CTB) na ausência de sinalização específica. Com base nessa regulamentação, qual é a velocidade máxima permitida em uma via urbana coletora sem sinalização indicativa:

- (A) 40 km/h.
- (B) 50 km/h.
- (C) 55 km/h.
- (D) 60 km/h.
- (E) 80 km/h.



GOSTOU DESSE MATERIAL?

Imagine o impacto da versão **COMPLETA** na sua preparação. É o passo que faltava para garantir aprovação e conquistar sua estabilidade. Ative já seu **DESCONTO ESPECIAL!**

EU QUERO SER APROVADO!

